



O declínio da autoridade docente na escola contemporânea

The decline of the teaching authority in contemporary school

*La decadencia de la autoridad del profesor en la
escuela contemporánea*

Joyce Kelly Pescarolo, Pedro Rodolfo Bodê de Moraes*

Universidade Federal do Paraná, (UFPR), Curitiba, PR, Brasil

Resumo

O presente artigo tem como objetivo problematizar a questão da autoridade docente na escola atual tendo como campo de pesquisa 20 escolas públicas de Curitiba e região metropolitana, sendo 9 escolas estaduais e 11 municipais. Um dos temas recorrentes relatados como um grande problema da educação na atualidade pelos profissionais da área foi a perda de autoridade na relação com o alunado. Tal fato também pode ser verificado quando consideramos a bibliografia sobre o tema. Os autores apontam que uma das principais

* JKP: Doutora em Sociologia, e-mail: joycepescarolo@hotmail.com

PRBM: Doutor em Sociologia, e-mail: pedrobode@terra.com.br

questões da escola contemporânea, no que tange à relação professor-aluno, está relacionada com o declínio da autoridade docente. O artigo busca compreender no que consiste a autoridade, diferenciando-a do autoritarismo. Busca também problematizar as relações de autoridade na escola, bem como as bases que as constituem. O trabalho de campo foi realizado durante três anos de observação participante nas escolas escolhidas pela pesquisa, o que possibilitou o acompanhamento das rotinas institucionais de forma intensa.

Palavras-chave: Educação. Autoridade docente. Relação professor-aluno.

Abstract

This paper aims to discuss the issue of teaching authority in the current school having as research field 20 public schools of Curitiba and metropolitan region, being 9 state and 11 municipal schools. One of the recurring themes reported as a major problem of education nowadays by professionals was the loss of authority in the relationship with the students. Such fact can also be seen when we consider the literature on the subject. The authors point out that one of the main issues of contemporary school, regarding the teacher-student relationship is related to the decline of the teaching authority. The paper tries to understand what is the authority, differentiating it from the authoritarianism.

It also seeks to question the authority relations at school as well as the foundations that constitute them. The fieldwork was conducted during three years of participant observation in schools chosen by the survey, which allowed monitoring of institutional routines intensely.

Keywords: Education. Teaching authority. Teacher-student relationship.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir la cuestión de la autoridad de los profesores en la escuela actual teniendo como campo de investigación 20 escuelas públicas en Curitiba y región metropolitana, 9 del estado y 11 escuelas municipales. Uno de los temas recurrentes reportados como un importante problema de la educación en la actualidad por los profesionales fue la pérdida de la autoridad en la relación con los estudiantes. Esto también puede verse cuando consideramos la literatura sobre el tema. Los autores señalan que

uno de los principales problemas de la escuela contemporánea, con respecto a la relación profesor-alumno se relaciona con la disminución de la autoridad docente. El artículo trata de entender lo que es la autoridad, diferenciándola del autoritarismo. Asimismo, se pretende cuestionar las relaciones de autoridad en la escuela, así como las bases que las constituyen. El trabajo de campo se llevó a cabo durante tres años de observación participante en las escuelas elegidas por la pesquisa, lo que permitió el seguimiento de rutinas institucionales intensamente.

Palabras clave: Educación. Autoridad docente. Relación profesor-alumno.

Introdução

O presente artigo foi produzido a partir de um dos capítulos da tese de doutorado de uma das autoras desse estudo e seu orientador como objetivo relatar, a partir de uma pesquisa de campo realizada em 20 escolas públicas de Curitiba, de que forma são percebidas e representadas as relações de autoridade na escola, com o apoio de Aquino (1998a e b), Aguiar e Almeida (2010), Soares (2012), Moraes e Pescarolo (2013), Guillot (2008), La Taille e Menin (2009), entre outros. Os dados foram colhidos ao longo de 3 anos através de observações participantes que buscaram acompanhar o cotidiano das escolas selecionadas para a pesquisa.

Um dos pontos marcantes foi a fala ressentida dos educadores sobre uma autoridade que não mais se sustenta na relação com o aluno apareceu em todas as escolas pesquisadas.

Pôde-se também perceber que os professores entendem como falta de autoridade vários tipos de situações: quando um ou mais alunos questionam suas atitudes e exigem uma explicação para certos comportamentos, quando os alunos se negam a obedecer uma ordem do professor, quando se recusam a fazer silêncio, quando um aluno falta com respeito e

xinga o professor, quando um aluno ignora e se nega a responder a algum questionamento. Os educadores também associam a falta de autoridade com a ineficácia ou ausência de resultados das ameaças feitas por eles aos alunos. Por exemplo, quando ameaçam suspender um passeio ou uma atividade que os alunos consideram prazerosa por causa do mau comportamento, os alunos ignoram e agem como se fosse uma ameaça tola que não se concretizará. De acordo com os professores, é como se os alunos de hoje não tivessem medo de nada, eles se comportam de forma debochada e desafiadora diante dos adultos, inclusive dos pais, que os professores responsabilizam pela ausência de limites dos alunos. Diante desse quadro, os professores dizem se sentir impotentes e não sabem mais quais táticas poderiam ser eficientes no trato com o alunado.

Quando perguntamos quais as causas do enfraquecimento da autoridade, as respostas remetem hegemonicamente a causas externas ao ambiente escolar: perda ou crise de valores, falta de educação e de limites, a ausência da família na escola, a desestruturação da família e o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), que é condescendente com o adolescente e não ensina que ele também tem deveres além de direitos.

Eventualmente emerge a percepção do quanto cooperam para o modelo vigente de educação quando são confrontados com situações cotidianas nas quais eles mesmos têm dificuldades em colocar limites e serem firmes. A dificuldade dos próprios professores em colocar limites é uma questão muito comum no cotidiano das escolas e tem alguns fatores associados. O primeiro deles é que esse professor sofre uma pressão considerável por parte das instâncias superiores para não ser tão rígido com as notas e outros fatores. As escolas, atualmente, são bastante pressionadas pelas Secretarias de Educação para não reprovar alunos porque é necessário ter processos muito bem documentados para manter a reprovação, o que usualmente não é a cultura das escolas públicas e ainda há muita informalidade na forma como as coisas são feitas. Os pedagogos participantes da pesquisa relataram que nas reuniões com os núcleos de educação há certa reticência com a reprovação, por questões ideológicas ou porque os índices de reprovação assombram os órgãos gestores.

É preciso ficar claro que não estamos, de modo algum, fazendo uma defesa da reprovação para a manutenção da autoridade, apenas apontando de que forma a autoridade docente acaba se desgastando em função de ameaças que não se concretizam, como dizer ao aluno que se ele não se esforçar vai reprovar.

Ainda sobre a *perda* da autoridade, se os professores julgam tê-la *perdido*, significa que isso antes não era um problema. O mesmo vale para a falta de limites que os professores dizem encontrar nos alunos. Dessa forma, podemos entender que a falta de autoridade parece remeter a uma questão da atualidade.

As reclamações sobre a falta de autoridade dizem respeito a todo um contingente de profissionais da educação, o que nos indica que essa é também uma questão estrutural, que ultrapassa a postura de um ou outro profissional menos preparado. Os professores mais antigos lembram saudosistas do tempo em que eram temidos, respeitados e prontamente atendidos. Os mais novos lembram de como era completamente diferente a época em que eram alunos e de como ninguém ousava desafiar ou responder um professor. Agora a realidade é completamente diferente e muito mais desafiadora.

Independente da época, sempre houve questões na relação professor-aluno que poderiam remeter a uma maior ou menor autoridade do docente. Porém, o que se pode perceber é que, no passado a questão da autoridade não era algo estrutural, sentida por toda categoria profissional. Dessa forma cabe-se indagar que fatores estavam presentes no passado e que não estão na atualidade da relação professor-aluno.

Seria ingenuidade metodológica tomar as causas apontadas pelos professores como as únicas razões explicativas do fenômeno. Isso não quer dizer que elas precisam ser desqualificadas, mas compreendidas dentro de um cenário que nos ajuda a entender de forma mais profunda a precarização, a qual a educação está submetida nos dias atuais. Broccolichi e Oeuvrard (2012) afirmam que os professores mais atingidos pela precarização acabam se tornando pouco esclarecidos sobre os fatores que os desviam de sua missão, a ponto de ocultar o que impossibilita sua tarefa

nas escolas. Esse é o caso de muitos profissionais das escolas pesquisadas. Assim, vale colocar à prova essas explicações. Tomemos uma das queixas como exemplo: a falta de autoridade docente decorre da crise de valores vivida na atualidade.

Dizer que hoje não se respeita o professor porque se perderam valores morais é algo muito simplista e, por vezes, equivocado. O que muitas vezes acontece é que os educadores sentem a mudança de valores mais tradicionais como uma crise¹ e por isso, não conseguem perceber que não há uma ausência de valores, mas uma readequação, uma positividade de alguns valores em detrimento de outros, ou ainda, uma mudança na forma como certos valores são vivenciados. Lipovetsky (2010), por exemplo, avalia que a moral não está morta, longe disso, mas sim em um processo de mutação.

La Taille e Menin (2009) se questionam se não seria mais adequado falar em “valores em crise” ao invés de “crise de valores”, pois a primeira expressão remete à noção de transformação dos valores, mas não sua ausência. Outra questão colocada pelos autores é que em todas as épocas surgem vozes que denunciam uma “crise de valores” percebida principalmente no comportamento dos jovens. Assim, não é uma novidade a ideia de que os valores tradicionais estão se perdendo e que isso resultaria em uma completa anomia.

Araújo e Aquino (2001) apontam que violência, indisciplina, apatia, falta de limites e solidariedade nos jovens acabam recaindo sobre a ideia de uma suposta *perda de valores*, como se algo nas gerações atuais tivesse se perdido em relação a um passado idealizado, principalmente no que tange aos valores religiosos. Não foi incomum ouvir professores justificarem a situação atual da educação alegando que “falta Deus no coração desses alunos, faltam valores cristãos”. O que os autores colocam é que os valores morais estão se transformando e esses valores tradicionais,

¹ De acordo com La Taille e Menin (2009), a expressão “crise de valores, muito usada na educação, remete à noção de que os valores morais estariam “doentes” e, portanto, correndo risco de extinção. Remete também a uma ausência de legitimação da moral, como se tudo fosse permitido.

supostamente idealizados, acabavam sendo excludentes e autoritários, contemplando apenas uma pequena parcela da população, não atendendo aos interesses de uma vida coletiva, justa, democrática e solidária.

Dessa forma, ao colocarmos em xeque as alegações dos educadores sobre as causas para o declínio da autoridade na escola contemporânea, encontramos excelentes argumentos para questionar o valor dessas alegações. Portanto, faz-se necessário compreender de forma mais ampla e aprofundada o que pode estar acarretando um declínio da autoridade docente.

Para isso precisamos definir o que é autoridade e que comportamentos na contemporaneidade são associados a ela. Precisamos também fazer uma distinção entre autoridade e aquilo que hoje está mais associado ao autoritarismo.

Em um segundo momento, vamos analisar que fatores poderiam estar potencializando o declínio da autoridade na relação professor aluno. E mais uma vez veremos que a precarização da educação é um dos fatores mais relevantes para compreendermos essa questão.

Definindo o sentido da autoridade

Weber define autoridade ou dominação como um poder de mando e um dever de obediência. Seria “a probabilidade de encontrar obediência de uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis” (WEBER, [1910] 1991, p. 33). Para Weber não há autoridade por si, fora de uma relação e, para que haja autoridade é necessário que ao mesmo tempo haja alguém interessado em obedecer. Ou seja, a autoridade se estabelece em um jogo de forças no qual necessita existir certo reconhecimento e cooperação por parte daqueles que vão experimentá-la. É importante frisar que nem sempre a obediência a uma autoridade se dá por convicção, às vezes ela ocorre por uma avaliação de perdas e ganhos daquele ou daqueles que estão submetidos a uma autoridade. A adesão convicta a uma autoridade é o que Weber nomeia de legitimidade.

A “legitimidade” de uma dominação deve naturalmente ser considerada apenas uma probabilidade de, em certo grau relevante, ser reconhecida e praticamente tratada como tal. Nem de longe ocorre que toda obediência a uma dominação esteja orientada primordialmente [ou pelo menos, sempre] por essa crença. A obediência de um indivíduo ou de grupos inteiros pode ser dissimulada por uma questão de oportunidade exercida na prática por interesse material próprio ou aceita como inevitável por fraqueza ou desamparo individuais (WEBER, [1910] 1991, p. 140).

No caso de haver legitimidade, esta pode ocorrer em função de uma crença na tradição ou naqueles que a encarnam, em função de uma crença na legitimidade das ordens estatuídas e na legalidade dessas ordens e, por fim, em função do respeito e deferência que alguém que possui carisma pode despertar, um líder carismático é revestido de confiança e heroísmo. Com ou sem legitimidade, há o componente da obediência nas relações de autoridade. Nesse caso, podemos afirmar que os professores analisados na pesquisa, de modo geral, não possuem autoridade, já que se queixam da falta de obediência dos alunos².

Além de Weber, há outros autores que se ocuparam do tema da autoridade, Richard Sennett, por exemplo, tem um livro só sobre o tema. Para Sennett (2001), autoridade está relacionada com algumas qualidades como, autocontrole, segurança (não intransigência), capacidade superior de julgamento, desenvoltura, exemplo, afeto, exigência e força. Alguém que tem autoridade é “alguém que tem força e a usa para guiar os outros,

² É claro que essa crença é supervalorizada porque evidentemente não é sempre que os alunos se negam a cooperar. Se assim fosse, a escola seria um local extremamente caótico no qual as crianças e adolescentes fariam somente o que bem entendessem, uma espécie de horda. Penso ser necessário entender essa situação, a falta de obediência, de maneira episódica. Ou seja, o que deve ocorrer é que em boa parte das vezes os professores não são obedecidos. Quando a falta de obediência acontece vez ou outra, ela faz parte do processo de afirmação da autoridade, pois segundo Winnicott (1977), toda autoridade precisa ser testada. Resistir aos testes é o que vai reforçá-la e reafirmá-la. No entanto, os testes tendem a diminuir com o tempo. Se isso não acontecer, a autoridade pode estar enfraquecida. Penso que é isso o que acontece nas escolas atualmente.

disciplinando-os e modificando seu modo de agir, através da referência a um padrão superior” (SENNETT, 2001, p.30).

Para Jean Piaget (1994), a autoridade do adulto é o que possibilita o desenvolvimento da autonomia da criança. Autonomia seria a capacidade de coordenação de diferentes perspectivas sociais com o pressuposto do respeito recíproco. Porém, num primeiro momento, Piaget destaca a necessidade de coação e obediência no cenário das relações sociais infantis, pois o eixo central do desenvolvimento moral é a passagem da heteronomia para a autonomia (LA TAILLE, 2006). Num segundo momento é necessário que haja certa descentralização da figura do adulto para que relações mais fraternais se desenvolvam. É a autoridade de um adulto autônomo que seria capaz de conduzir alguém, que ainda não tem autonomia, a esta posição. Ou seja, é necessário ser um adulto que respeita e reconhece a alteridade e capacidade dos seus educandos e que seja capaz de ser um exemplo daquilo que demanda. Até porque Piaget, sendo um interacionista, concebe que só é possível alguém se desenvolver na relação com outrem. Dessa forma, o padrão será dado por aquele que educa.

Para Guillot (2008), a principal função da autoridade é autorizar alguém a crescer, a aprender, a construir dignidade, é um ato de confiança. Para o autor, assim como para Piaget e parafraseando Durkheim³, a autonomia é filha da autoridade.

Veremos mais adiante, inúmeras situações nas quais essas qualidades, apontadas por Sennett, Piaget e Guillot estão subtraídas da relação dos professores com os alunos, o que explicaria o não reconhecimento da autoridade.

Evidentemente, há muitos outros autores que se debruçam sobre a questão da autoridade, mas para defini-la, penso serem esses suficientes. O que há em comum a esses autores é que reconhecem a

³ Em Educação e Sociologia, de 1922, Durkheim (2010) escreve que a liberdade é filha da autoridade bem entendida, porque ser livre não é fazer o que agrada, mas é ser senhor de si, é saber agir também pela razão, considerando não só o querer, mas o dever. E é justamente para que a criança consiga ser um adulto livre que a autoridade deve ser empregada.

autoridade como uma força capaz de agregar, criar adesão às regras, ainda que elas possam ser questionadas, ou seja, é uma força capaz de organizar.

No caso do autoritarismo, o foco é a repressão sem necessariamente haver um comprometimento com algo produtivo ou agregador (SENNETT, 2001). O autoritarismo se opõe à democracia ou à justiça e deveria ser combatido por um indivíduo que possui autonomia moral. O autoritarismo toma o outro como refém e o coloca no lugar de objeto. De acordo com Guillot (2008), a mensagem passada pelo autoritarismo é “não sinta por si mesmo, não pense por si mesmo, não exista por si mesmo. Deixe-me fazer, deixe-se levar” (p. 15).

Alguns professores, ao se queixarem da perda da autoridade, fazem na verdade, referência a um modelo autoritário do qual a base não era respeito e reconhecimento, mas medo da punição que poderia ser inclusive física. Lembremos da palmatória, do ajoelhar no milho e dos punções de orelha que as crianças levavam quando ousavam desobedecer ao professor.

A autoridade docente precisa existir e se consolidar de forma a não suplantar a possibilidade de autonomia no aluno. Se a função da escola é desenvolver um comportamento questionador, crítico, cidadão em uma sociedade democrática, é esperado que, se tal função for bem realizada, os alunos irão questionar quaisquer inconsistências nas posturas dos educadores. Irão reivindicar, problematizar e se rebelar, pois estarão desenvolvendo os comportamentos críticos e questionadores. Porém, quando isso acontece os educadores sentem que não possuem autoridade. Então se cria um paradoxo, a escola quer ensinar os alunos a serem críticos, mas no interior da própria escola isso é sentido como uma espécie de anomalia do ambiente e uma afronta à autoridade do professor.

O que pudemos perceber através da pesquisa é que os professores oscilam entre discursos e posturas ora libertários, ora reacionários. Eles têm dificuldades em serem criticados e entendem cobranças dos alunos como ousadia e falta de respeito. O problema é que ao ensinar o outro a ser questionador, parece ser necessário estar preparado para ser questionado. A questão é: ser questionado é sinal de falta de autoridade?

Considerando alguns autores acima mencionados (SENNETT (2001), LA TAILLE (2006), GUILLOT (2008)) parece existir uma margem de conflitos no estabelecimento da própria autoridade, já que parecem focar muito mais no processo através da qual ela é construída. Nesse caso, a afronta a uma autoridade, se bem conduzida por aquele que a encarna, pode inclusive, fortalecê-la e consolidá-la.

Quando os professores não consideram possibilidade do confronto, como pudemos observar na pesquisa, de forma atônita e se comportam como se tivessem sido surpreendidos. Diante disso, acabam, na maioria das vezes, assumindo posturas autoritárias e injustas, o que, ao invés de reforçar sua autoridade, só a destitui.

Os pressupostos da autoridade na educação contemporânea

Na sociedade atual, a autoridade não estaria ancorada mais tão intensamente nos mesmos símbolos em que estava no século XIX e início do XX. Houve também nos últimos séculos, e principalmente nas últimas décadas, uma aproximação afetiva e psíquica entre as gerações (ARIÈS, 2006). Isso pode ser observado na forma como as crianças são educadas. A centralidade da infância e a aproximação afetiva entre pais e filhos, professores e alunos, faz com que a autoridade seja colocada em outra chave.

Na atualidade, a autoridade precisa ser conquistada. Não seria dada *a priori*, simplesmente por uma questão etária ou de posição hierárquica. Também não há nos processos tradicionais o mesmo apelo de antigamente. Houve, nesse sentido, um deslocamento da ideia de autoridade pautada na verticalidade tradicional para uma horizontalização dos processos relacionais. De acordo com Guillot (2008), o fator tempo não evoca mais a autoridade de outrora. Enquanto a diferença geracional instituía o mais velho, seu passado e sua experiência com uma aura de autoridade em outras épocas, hoje esses símbolos podem ser interpretados como ultrapassados. Arendt (1992, p. 243-244) concorda ao dizer:

A crise da autoridade na educação guarda a mais estreita conexão com a crise da tradição, ou seja, com a crise de nossa atitude perante o âmbito do passado. É sobremodo difícil para o educador arcar com esse aspecto da crise moderna, pois é de seu ofício servir como mediador entre o velho e o novo, de tal modo que sua própria profissão lhe exige um respeito extraordinário pelo passado.

O reconhecimento da autoridade passa agora por fatores mais complexos, que precisam ser construídos cotidianamente nas relações. O professor não tem mais autoridade simplesmente porque é professor, mas porque tem posturas e comportamentos que fazem com que seus alunos percebam nele uma assimetria moral, uma capacidade de ser exemplo e uma atitude ética condizente com seus discursos morais (SENNETT, 2001; GUILLOT, 2008).

A pesquisa mostrou que o declínio da autoridade do professor em um nível mais estrutural, está de certa forma, relacionado com a mudança dos tempos e com a própria precarização do trabalho docente. Se antes o professor ocupava um lugar de prestígio e sua profissão era instituída de poder, isso o colocava em uma posição de distinção e reconhecimento, como nos moldes da dominação tradicional definida por Weber.

De acordo com Weber ([1920] 1991) a dominação tradicional, como o nome já diz, reside onde a autoridade é suportada pela existência de uma fidelidade às tradições. Obedece-se por respeito, em virtude da tradição de uma dignidade pessoal considerada sagrada. Na dominação tradicional existe uma legitimação daquele que personifica as tradições e costumes de uma dada sociedade. A autoridade que emana daquele que personifica as tradições é amparada por instituições enraizadas no seio da sociedade.

Era exatamente este lugar que ocupava o professor, de um líder que personificava uma instituição distinta e tradicional, como era o caso da escola, cuja obediência dos alunos muitas vezes acontecia pela crença em uma dignidade sagrada que emanava do professor. O professor, até

algumas décadas atrás, emanava virtudes como honra, prestígio, moral, ainda que pessoalmente nem todos tivessem essas características. Era algo relativo à categoria profissional, representando uma instituição que inspira quase sempre justiça e confiança.

Muito desse “lugar” se perdeu com a precarização da educação e com a quebra da relação entre escolarização e sucesso profissional. A escola, sua função e seus efeitos na vida dos alunos parecem carecer de resignificação e sofrem intenso questionamento por parte de sua clientela.

A posição sacralizada ocupada pelo professor deu lugar a uma relação deteriorada pela ausência de sentido que a escola vivencia hoje. Dessa forma, mesmo que queiram manter esse lugar outrora sacralizado, os professores já não contam mais com a cumplicidade do alunado, fator essencial, já que falamos de uma *relação* de autoridade.

Em outros tempos, a autoridade docente contava com o consentimento dos alunos, que viam a escola como uma oportunidade dourada para seu futuro. Atualmente, com a crise da função da escola, o professor parece ocupar uma posição de impostor. Por um lado, ele materializa o fracasso profissional⁴, já que o salário que recebe, às vezes, mal possibilita uma vida digna. Por outro, representa uma instituição que não cumpre a promessa social que faz. Essa situação promove, de acordo com Broccolichi e Oeuvrard (2012, p. 526), “o enfraquecimento do poder para sancionar o trabalho dos alunos, para incitá-los à atividade escolar e para obter um mínimo de respeito pelas ordens dos professores, mesmo da parte dos mais desobedientes”.

Assim, não basta que o professor reivindique sua autoridade dizendo aos alunos: “me respeitem porque sou professor”, frase muito ouvida durante a pesquisa de campo, é ainda necessário que os alunos reconheçam legitimidade em quem a reivindica. Para La Taille (1999, p. 22), não basta querer ter autoridade, mas para tê-la de fato,

⁴ É claro que o sucesso profissional não diz respeito apenas à questão salarial, mas provavelmente, esta seja a questão mais relevante no imaginário social.

[...]é ainda preciso que aqueles de quem se pede a obediência legitimem a hierarquia. Se o professor for visto como um empregado a hierarquia se inverte. Mas se for visto como representante de algo que transcende a própria relação com seus alunos, como representante de valores aos quais todos devem aderir, a legitimidade necessária pode existir.

A partir dessa citação, gostaríamos de destacar aquilo que a pesquisa mostrou ser um dos pontos nevrálgico na construção da autoridade docente: o exemplo. Os autores trabalhados até então apontam que a autoridade residiria no fato de que o adulto, no caso, o professor, precisa ser realmente um representante dos valores aos quais todos devem aderir, de outra forma sua autoridade não será reconhecida pelo alunado e suas táticas acabarão recaindo em modelos autoritários, que só terão efeito à medida do medo dos alunos. Se o medo não existir, a adesão do alunado será apenas uma quimera.

Os professores que gritam, se irritam, castigam, fazem isso por falta de autoridade, a autoridade reconhecida e respeitada favorece a disciplina, que permite conviver e trabalhar em boas condições. A autoridade imposta suscita submissão e revolta e logo se revela contraprodutiva. (GUILLOT, 2008, p.176)

Pôde-se verificar que o discurso dos educadores acerca da sociedade não reflete suas práticas, o que impacta imensamente sobre a construção de sua autoridade. Não há como ensinar ética sem vivenciá-la, não há como ensinar respeito sem respeitar, ensinar a criança a ser responsável e comprometida quando os adultos que a cercam padecem dessas características. “Não se pode recriminar as crianças e adolescentes por terem se tornado intolerantes à frustração e fazer o mesmo!” (GUILLOT, 2008, p 179). A crise na autoridade passa por esta questão, é justamente no déficit entre os discursos e as ações que ela reside.

Dessa forma, é possível perceber que não há autoridade que se sustente sem um exemplo que corresponda a aquilo que se demanda do outro. A autoridade é maior na medida em que a criança e o jovem

percebem no adulto a consistência e coerência necessária para cobrá-los. Seria, dessa forma, importante que os professores percebessem que certos comportamentos são necessários pelo princípio e não por uma questão de privilégios.

Se é importante avaliar os alunos, é importante também se colocar na posição de ser avaliado, de ouvir críticas e de mostrar como se lida com elas. Dificilmente o professor vai conseguir que os alunos sejam pontuais se ele mesmo sempre atrasa. Se não pode atender celular em sala de aula, porque atrapalha a aula, o princípio deve valer tanto para alunos quanto para professores, mas há uma intensa resistência por parte dos educadores em perceber que atitudes incoerentes com o discurso e com o que é exigido promovem rebeldia e só aumentam os comportamentos de testes. Vejamos alguns exemplos colhidos nas escolas pesquisadas.

Alguns retratos da relação professor-aluno: quando a autoridade entra em crise⁵

Em nenhuma das escolas pesquisadas havia a participação de alunos nos conselhos de classe, por exemplo. Os professores acham que os alunos não sabem fazer críticas construtivas ou não têm maturidade para compreender do que se trata essa reunião. Os professores não lidam bem com as críticas ou cobranças dos alunos, pois acham que estão em uma posição superior. Mas no contato com os alunos da pesquisa, percebemos que, de modo geral, os professores não são vistos como quem tem superioridade moral — base da autoridade para autores como Sennett (2001)

⁵ Embora o conceito de crise seja visto sempre como algo negativo, um adoecimento, um transtorno como vimos anteriormente, crise também pode ser entendida como uma perturbação *temporária* dos mecanismos de regulação de um sistema, de um indivíduo ou de um grupo. Dizer que a autoridade está em crise, é dizer que ela passa por perturbações, cujo resultado pode ser seu fortalecimento ou se enfraquecimento. Essa concepção é interessante porque não é necessariamente um xeque mate na autoridade, mas, embora desconfortável para o professor, pode ser uma oportunidade educativa de sedimentar sua posição.

e Winnicott (1977) — mas como quem goza de privilégios. Fato tem sido amplamente questionado pelos alunos.

Em uma das escolas presentes na pesquisa, durante um curso sobre construção de regras coletivas, ouvimos o seguinte relato acerca de uma professora da escola: os alunos eram proibidos de atender celular em sala de aula. No entanto, como é comum em várias escolas, a mesma proibição não era válida para os professores, sempre com a alegação de que pode ser algo importante ou urgente. Não é incomum professores interromperem suas aulas para atender celular, essa é inclusive causa recorrente de discussões entre professores e alunos. Durante a aula de matemática, a professora, que segundo o relato dos colegas era bastante implicante com o uso de celular pelos alunos, atendeu o telefone. Os alunos, do 8º ano, questionaram a postura dizendo que aquilo não estava certo, já que eles não podiam atender celular, ela também não deveria. Diante dessa cobrança a professora respondeu: *“Quando vocês tiverem estudado o tanto que eu estudei vocês podem atender o celular”*.

O uso do celular é extremamente polêmico, pois os professores acreditam de verdade que eles têm permissão porque estão em uma hierarquia diferente e não percebem que não se trata de hierarquia, mas de legitimidade e de fidelidade ao princípio por trás da regra, que é não atrapalhar a aula.

Em outra escola municipal, com crianças do ensino fundamental 1, a pedagoga nos contou que havia uma professora exigente com o horário dos alunos que cobrava do aluno atrasado autorização da coordenação para entrar em sala de aula. No entanto, essa mesma professora se atrasava com relativa frequência. Em um desses atrasos, quando ela apontou no corredor, a turma fechou e segurou a porta. Os alunos disseram: *“A senhora está atrasada, tem que passar na coordenação e pegar uma autorização da pedagoga”*. A pedagoga nos contou achando que a turma estava certíssima, mas que a professora ficou indignada e teve uma crise na escola, afirmando que os alunos de hoje não respeitam ninguém.

Mas muitos professores não conseguem perceber como suas posturas afetam diretamente sua autoridade, pois são posturas que não

se assentam na legitimidade e no exemplo. Eles entendem o questionamento dos alunos como falta de respeito. A autoridade, necessitando estar pautada na ascendência moral (SENNETT, 2001), faz com que seja necessário que os professores possam se colocar no lugar de exemplo.

Resistir aos testes também se faz essencial na construção e manutenção da autoridade. O adulto deve estar preparado para compreender que a criança que testa sua autoridade não tem necessariamente problemas patológicos, de caráter ou possui família desestruturada, mas qualquer criança, por mais normal que seja, vai testar a autoridade dos adultos para ver o quão consistente ela é. Vejamos o que diz Winnicott (1977, p. 256- 257) sobre isso:

Uma criança normal se tem confiança no pai e na mãe, provoca constantes sobressaltos. No decorrer do tempo, procura exercer o seu poder de desunião, de destruição, tenta amedrontar, cansar, desperdiçar, seduzir e apropriar-se das coisas. [...] Se o lar pode suportar com êxito tudo o que a criança fizer para desuni-lo, ela acaba por acalmar-se através das brincadeiras; mas, em primeiro lugar, devem-se realizar testes, especialmente se existirem algumas dúvidas quanto à estabilidade do ambiente paterno e materno [...].

Embora Winnicott esteja se referindo ao lar, evidentemente podemos estender esse exemplo para a escola. A criança e o jovem testam seus professores constantemente e por vezes, por falta de condições subjetivas e por todas as razões já apontadas antes nesse trabalho, eles sucumbem aos testes potencializando a indisciplina e a rebeldia.

Alguns exemplos de como isso acontece no cotidiano escolar: no ensino fundamental 1, vimos ser muito comum a professora dizer aos alunos que vai anotar no quadro o nome daqueles que estão conversando e por isso não sairão para o recreio. Diante dessa ameaça, alguns se comportam e outros continuam conversando, desafiando a ameaça da professora. Quando chega a hora do recreio, a professora, que na verdade estava fazendo uma ameaça, pois de fato não queria ficar sem recreio, chama os alunos cujos nomes estão anotados no quadro e diz: “*Venham cá vocês.*”

Dessa vez, mas só dessa vez, passa, eu vou deixar vocês irem para o recreio, mas na próxima vocês vão ficar na sala". Essa situação foi vista em uma turma de 3º ano e todas as vezes que a conto nos cursos que ministro, segue-se uma sequência de risos e comentários dos educadores reafirmando o quão comum é tal situação. Não é necessário dizer o quanto isso prejudica a autoridade docente.

Situações envolvendo o uniforme também contribuem para colocar *em xeque* a autoridade da escola. No início do ano os profissionais da escola alertam os alunos que, caso não venham de uniforme, não poderão entrar na escola. Mas, de saída, já há problemas com essa ameaça. Nas escolas públicas nenhum aluno pode ser proibido de entrar porque não tem uniforme, justamente para impedir que o aluno que não possa comprar seja impedido de estudar. Evidentemente que os alunos, mesmo que tenham uniforme, abusam desse preceito e optam por não usar, ainda que seja regra da escola. As justificativas são as mais variadas: "*o meu não secou, esqueci, eu não tenho, o meu rasgou, minha mãe se esqueceu de lavar, etc.*". Então, como a escola vai manter essa obrigatoriedade se não tem força legal para impedir o aluno de entrar?

Para muitos professores, a solução poderia estar na recuperação de valores do passado. Essa forte crença na crise de valores deixa muitos saudosistas da época em que os alunos eram obedientes e que os professores eram respeitados. "*Antigamente é que era bom, o aluno respeitava a gente e não ousava bater boca. Agora eles falam o que querem e a gente não pode falar nada. No meu tempo de criança não era assim não, se eu levava uma bronca na escola, chegava em casa e apanhava. Agora você não pode nem dizer nada para o aluno que no dia seguinte o pai tá lá na escola querendo tirar satisfação*" (sic). Alguns professores chegam a dizer que têm saudades da época da ditadura. Mas, o fato é que muito provavelmente essa não seria a solução para as nossas dificuldades. De acordo com Araújo e Aquino (2001), a solução não estaria em voltar-se aos valores tradicionais, mas em buscar um referencial atual, comum, reconhecidamente aprovado pelos agentes envolvidos.

Dessa forma, não é incomum o professor pensar muitas vezes que é somente com a exigência de uma disciplina mais rígida que ele vai

conquistar a autoridade sobre os alunos, porém a literatura sobre o tema aponta justamente o contrário: “é a autoridade que dá sentido à disciplina, não a disciplina que faz a autoridade” (GUILLOT, 2008, p. 176). No entanto, com muitos alunos em sala, longas horas de trabalho nas condições de desgaste e precarização do trabalho docente os professores sentem-se perdidos e impotentes na difícil tarefa de educar crianças e jovens.

Esse quadro é agravado nas escolas públicas, onde a precarização é bem maior, pois não dispõem de horários e encontros coletivos para organização do próprio espaço escolar e para discussão de regras e encaminhamentos. O corpo docente das escolas não conversa e não combina como as coisas vão acontecer, as regras não ficam claras para os seus participantes e, na falta de procedimentos claros, o que resta é o desamparo diante de situações difíceis, a transferência de responsabilidades e a sensação de falta de coesão.

Inúmeras situações acabam resolvidas de forma precipitada, o que as escolas chamam de “apagar incêndios”. A equipe pedagógica mal consegue desenvolver sua função porque passa boa parte do tempo resolvendo problemas de indisciplina e cobrindo faltas de professores que não avisam que vão faltar e não organizam nenhuma atividade para os alunos realizarem durante sua ausência.

Assim, é um método recorrente diante da sensação de caos e desamparo retirar alunos da sala e enviar à equipe pedagógica por falta de disciplina. O problema é que quanto mais recorrem à equipe, mais perdem sua autoridade e isso acaba virando algo corriqueiro e banalizado no cotidiano escolar. Realmente, estabelecer autoridade leva tempo, ela precisa ser construída em um processo relacional de reconhecimento, de força, de assimetria moral e de testes (SENNETT, 2001; WINNICOTT, 1977).

De acordo com Sennett (2001), a autoridade é um componente estruturante das relações nas quais está presente um equilíbrio de forças que acontece a partir de uma tensão entre anomia e autonomia, submissão e dominação. No mundo infanto-juvenil parece haver um constante dilema: oscilar entre a rejeição e a necessidade de uma figura (ou figuras) de poder. Por não terem ainda autonomia necessária para efetivamente romper com

os laços com essas figuras, rejeitam sua autoridade atacando-as por meio de comportamentos transgressores e de palavras agressivas, comportamentos vistos pelos adultos como violentos. Por isso, a autoridade possui um caráter ambivalente e paradoxal. Sendo a autoridade um vínculo ambivalente, que oscila entre o medo e a negação, o reconhecimento e a ilusão; é também uma relação que se constitui a partir de um jogo psicológico, que apresenta algumas facetas: autonomia, influência, disciplina e controle. A autoridade é um laço afetivo e uma “ligação entre pessoas desiguais” (SENNETT, 2001, p.22), como na relação professor-aluno.

Isso tudo exigiria do professor um padrão de atitude bem superior ao que temos encontrado atualmente nas escolas precarizadas. Muitos professores, por falta de preparo, por desconhecem questões psicológicas e pedagógicas do trato com crianças e adolescentes e por estarem subjetivamente sem condições de administrar os conflitos em sala de aula, acabam adotando comportamentos que comprometem enormemente sua autoridade. O mais comum, como já vimos, acaba sendo recorrer a métodos autoritários, repetindo a forma como eram tratados pelos seus professores quando crianças.

Superar as facilidades de permanecer nos extremos, entre a permissividade e o autoritarismo tem sido o grande desafio da educação na atualidade. Como o texto aponta, parece que o caminho será a construção de uma nova relação na qual o adulto precisará constantemente olhar para si mesmo, suas fragilidades e potencialidades, bem aos moldes de uma sociedade reflexiva (GIDDENS, 1993).

Referências

AQUINO, J. G. *A violência escolar e a crise da autoridade docente*. Cad. CEDES, Campinas, v. 19, n. 47, Dec. 1998a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132621998000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 Janeiro de 2014.

AQUINO, J. G. A indisciplina e a escola atual. *Rev. Fac. Educ.*, São Paulo, v. 24, n. 2, Julho 1998b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 Março 2014.

ARAÚJO, U. e AQUINO, J. G. *Os Direitos Humanos em sala de aula: a ética como tema transversal*. São Paulo: Ed. Moderna, 2001.

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

ARIÈS, P. *A história social da infância e da família*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2006.

BRASIL. Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências – ECA. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 de jul. 1990, p. 13563. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BROCCOLICHI, S.; OEUVRARD, F. A engrenagem. In: BOURDIEU, P. (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

DURKHEIM, E. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Editora Hedra, [1922] 2010.

GIDDENS, A. *A transformação da instabilidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

GUILLOT, G. *O resgate da autoridade em educação*. Porto Alegre: Editora Artmed, 2008.

LA TAILLE, Y. Autoridade na escola. In: AQUINO, J. G. (Org.) *Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1999, p. 9-29.

LA TAILLE, Y. A importância da generosidade no início da gênese da moralidade na criança. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, v.19, n.1, p. 9-17, 2006.

LA TAILLE, Y.; MENIN, M. S. S. *Crise de valores ou valores em crise?* Porto Alegre: Editora Artmed, 2009.

LIPOVETSKY, G. *A felicidade paradoxal*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

PIAGET, J. *O Juízo Moral na Criança*. São Paulo: Editora Summus, 1994.

SENNETT, R. *Autoridade*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Vol 1. Brasília: Editora UNB, (1920) 1991.

WINNICOTT, D. W. *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1977.

Recebido: 07/10/2015

Received: 10/07/2015

Aprovado: 12/02/2016

Approved: 02/12/2016